

TORNAR VISÍVEL OS INVISIBILIZADOS: TRAZENDO A COOPERATIVA PARA O CENTRO DO DEBATE

Lais Piceli Siqueira

Graduanda em Psicologia- Pontifícia Universidade Católica de Campinas

laispsiqueiraa@gmail.com

Vitoria Fernandes Gomes Ramos

Graduanda em Psicologia- Pontifícia Universidade Católica de Campinas

vitoriafgramos@outlook.com

Heloisa Aparecida de Souza

heloisa.souza@puc-campinas.edu.br

Docente - Pontifícia Universidade Católica de Campinas

GT10- Catadores e catadoras de materiais recicláveis e economia Solidária: articulações possíveis e desafios

RESUMO

A perversa lógica capitalista e neoliberal e o aumento da precarização do trabalho, provocado pelo atual cenário de crise sanitária e social no Brasil, possuem implicações diretas na constituição identitária dos(as) trabalhadores(as). A Economia Solidária se fortalece como um modelo alternativo ao hegemônico, fazendo frente à lógica de mercado e à acumulação privada. Entende-se esse sistema como gerador de renda, empregabilidade e emancipação para diversos indivíduos, proporcionando um espaço laboral baseado na autogestão, solidariedade e cooperação, contrapondo-se a exclusão social e a alienação do trabalho vivenciada por milhares de brasileiros. Desta forma, é relevante ponderar acerca de como esta forma de trabalhar reflete direta e indiretamente na vida cotidiana das (os) cooperadas (os), além de discutir a essencialidade da Economia Solidária perante a atual realidade de crise econômica e ambiental. As cooperativas buscam resistir e enfrentar as opressões geradas pelo regime neoliberal, contudo não estão isentas das consequências da precarização

das condições de trabalho presentes na modernidade. Nota-se os diversos desafios enfrentados por estas (es) trabalhadoras (es), sobretudo, relacionadas à dificuldade de se desvincular da lógica de trabalho formal, além da tensão entre capital e trabalho fazendo com que algumas cooperativas, isoladamente, atuem regidas pela lógica capitalista, limitando, assim, atuações que compactuam com os ideais de autogestão. Diante disso, o presente trabalho, baseado na experiência de estágio em Psicologia Social do Trabalho da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, junto às cooperativas de reciclagem de materiais na cidade de Campinas- SP, tem o objetivo de provocar discussões e reflexões a respeito da relação entre as situações de trabalho e a identidade das trabalhadoras das cooperativas, nas quais, com frequência, são desvalorizadas e invisibilizadas socialmente. Procura-se abarcar os desafios, as possibilidades e os sentidos atribuídos aos aspectos materiais, sociais e subjetivos vivenciados na cooperativa no contexto da Pandemia da COVID-19, por meio da experiência obtida pelas estagiárias, dos relatos das cooperadas, debates com outros atores sociais e com a bibliografia já existente sobre a temática.

APRESENTAÇÃO

O sistema capitalista, conforme discutido por Antunes (1998), é marcado por contradições e injustiças, possui como primícia a propriedade privada dos meios de produção e se pauta em relações fundadas na exploração de uma classe sobre outra. Esse sistema possui sua trajetória marcada por períodos de expansão e retração, proporcionando constantes precarizações das situações laborais, incentivando a individuação e a competitividade nas relações de trabalho e gerando sérias implicações na subjetividade e saúde dos trabalhadores. Segundo Castel (2008), a realidade da precarização do trabalho gera isolamento social, afeta a dignidade humana e conduz o indivíduo à desfiliação e à vulnerabilidade social.

Neste contexto, as cooperativas de trabalhadores emergem como alternativas a essa realidade de exploração e exclusão, pautadas nos princípios da autogestão, solidariedade e cooperação, geram trabalho, renda e emancipação para os trabalhadores, porém, enfrentam inúmeros desafios e obstáculos na atualidade. Partindo dessa realidade, o presente texto, a partir de uma experiência de estágio de Psicologia Social do Trabalho, realiza algumas reflexões a respeito da relação entre as situações de trabalho em cooperativa de catadoras de materiais recicláveis e a identidade das(os) cooperadas(os), que, com frequência, são desvalorizadas(os) e invisibilizadas(os) socialmente, apesar da relevância ambiental e social do trabalho que executam.

O texto está estruturado da seguinte forma: primeiro abordamos as características gerais do trabalho no atual contexto de crise do capitalismo, refletimos sobre a centralidade da atividade laboral na vida do ser humano e as contradições existentes no mundo do trabalho, sendo capaz de gerar tanto emancipação, realização e saúde, como exploração, humilhação e adoecimento dos trabalhadores. Em seguida, discutimos o conceito de identidade e abordamos a relação entre o trabalho e a constituição identitária das(os) cooperadas(os), depois apresentamos a proposta de estágio supervisionado e um pouco das experiências vivenciadas. Finalizamos com algumas reflexões sobre os desafios vivenciados por essa população e a necessidade de implementação de políticas públicas que coloquem a economia solidária no centro do debate e contribuam para a visibilidade dos cooperados, especialmente das(os) catadoras(es) de materiais.

Reflexões sobre o papel do trabalho na vida do ser humano

O trabalho processa-se na interação e transformação do homem sobre a natureza, sendo uma atividade particularmente humana em que se direciona sua ação de forma consciente para satisfazer determinada necessidade. Considera-se o trabalho como categoria central na constituição do ser humano e da vida em sociedade, sendo este, essencial para a compreensão do ser social, que se distingue dos outros animais e abre possibilidades para outros processos sociais e cognitivos (BIZERRA, 2017).

Compreendendo a centralidade do trabalho, Dejours (2004) afirma que este implica, na ação de realizar gestos e saber-fazer, mobilizando o corpo, a inteligência e a capacidade do ser humano em refletir, pensar, sentir, criar e reagir às situações. O autor menciona em sua obra que há uma discrepância entre o trabalho prescrito (procedimentos e instruções para realizar a ação) e o real do trabalho (efeito da complexidade e imprevisibilidade do cotidiano), e dessa forma, o trabalho é concebido como o preenchimento da lacuna entre o real e o prescrito, e este trajeto deve ser inventado ou descoberto pelo sujeito, o qual acrescenta suas potencialidades para enfrentar situações cotidianas e obter o objetivo determinado.

O trabalho pode ser visto como *locus* do estabelecimento de relações em que as competências, habilidades e a afetividade do sujeito são praticadas e desenvolvidas por meio das diversas experiências que o contexto laboral possibilita (VERONESE, 2009). Segundo Dejours (2004) o trabalho é uma atividade de caráter social, que fundamentalmente envolve o “outro” e está subordinado a uma finalidade e organização coletiva. Posto isto, pode ser

encarado como uma forma de relação social, transcorrendo por modelos relacionais de desigualdade, dominação e poder. Logo, trabalhar é apontado como um modo de fazer resistência frente às demandas do mundo social, é o engajamento de subjetividades e inteligências singulares que viabilizam os acordos firmados entre os envolvidos no seio do coletivo.

Contudo, as formas de organização do trabalho e as condições encontradas pelas(os) trabalhadoras(es), com frequência, são marcadas por explorações e precarizações. A socióloga francesa Danièle Linhart (2014), defende que as situações de trabalho têm um impacto significativo na subjetividade dos trabalhadores. Partindo dessa premissa, a seguir abordamos o papel do trabalho na constituição do ser humano, destacando que a precariedade da situação laboral pode gerar sofrimento e sentimento de despertencimento social ao trabalhador.

Trabalho e constituição identitária do trabalhador

Considerando a concepção, complexidade e a centralidade do trabalho na vida do ser humano, se faz necessário aprofundar a discussão sobre a relação do conceito trabalho com a identidade do trabalhador. Há diferentes e controversas interpretações em torno do conceito de identidade. Segundo Jacques (1996), o termo identidade, que no latim significa “o mesmo/ a mesma”, demonstra uma concepção de estabilidade, porém tal concepção contrapõe com o caráter de construção, de metamorfose e processualidade defendido por Ciampa (2003). Este texto acompanha o entendimento desse último autor, compreendendo a identidade em uma perspectiva dinâmica.

Na constituição da identidade de um indivíduo, a relação com o outro possui um papel primordial, assim há uma dialética entre indivíduo e sociedade, na qual um se transforma e implica a partir do outro, ou seja, é através da assimilação da realidade pelo sujeito que ele reproduz ativamente sua experiência social, assim ele exterioriza seu modo de ser no mundo e o internaliza através dos processos de socialização. Portanto, os sujeitos estão inseridos em uma pluralidade ou coletividade, sendo as identidades decorrentes de suas interações, desse modo, além da identidade ser dinâmica e processual, como já citado, nela há uma interdependência entre indivíduo e coletivo (COUTINHO et al, 2007).

No que diz respeito a trabalho e identidade, nos últimos séculos, por causa da centralidade e das mudanças no mundo do trabalho, o ser humano passou a ser visto como parte de uma força de trabalho, transformando-se de indivíduo para trabalhador, ou seja, o trabalho se tornou um instrumento de valor e de dignidade humana. Assim, podemos considerar que o trabalho afeta, diretamente, a forma de ser, tornando-se parte essencial no processo de socialização e na estruturação da identidade. Dessa forma, o capitalismo contemporâneo, no qual o trabalho, com frequência é flexível, temporário, com foco na produtividade e precário, tende a contribuir para a diminuição das possibilidades das pessoas se desenvolverem e construir uma narrativa significativa para suas vidas, muitas vezes corroendo o caráter do trabalhador, dificultando a criação de vínculo com outras pessoas, considerando a grande rotatividade e efemeridade do local de trabalho, e a criação de um senso de identidade que se sustente (COUTINHO et al, 2007).

“...o trabalho, enquanto fenômeno ao qual os atores sociais são convidados a vincular-se em algum momento de seu ciclo vital, é elemento constituinte da subjetividade humana e, portanto, de sua identidade. Conceber a atividade de trabalho dos sujeitos como constituinte da sua identidade social implica reconhecer, portanto, a relação de mútua determinação entre trabalho e identidade (Coutinho, 1999)”

Ainda, como coloca Jacques (1996), o exercício das atividades laborais se substantiva e se presentifica, tornando-se qualificações do trabalhador e definições do eu. Logo, ingressar no mundo concreto do trabalho gera valor social, reproduzindo no imaginário coletivo de valorização moral ao ser trabalhador. Nessa esfera de estudo, Camino (1996) utiliza o termo “identidade social” para descrever a consciência que um grupo social possui e a carga afetiva que esse pertencimento provoca no indivíduo.

Com isso, a identidade social, enquanto processo dialético, facilita a incorporação de normas e valores do grupo social, que depende de uma participação ativa dos sujeitos que a compõem e afeta o contexto social onde estão ocorrendo as relações concretas. Essas estruturas influenciam as concepções que os indivíduos possuem de si, enquanto representações do eu, por isso, os espaços de trabalho e/ou categorias profissionais proporcionam atributos de qualificação ou desqualificação ao eu, por causa de suas especificidades próprias associadas à prestígio ou desprestígio social.

Considerando, conforme defendido por Jacques (1996), a importância e a inegável associação do trabalho enquanto uma das categorias fundamentais para se compreender as relações sociais e os processos identitários, em momentos de instabilidades sociais, como o atual momento da crise sanitária, política e econômica provocadas pela COVID-19 e intensificadas pelo atual governo, é de se considerar que a ausência de inserção nesse modelo e/ou formas organizativas e relacionais traz experiências de sofrimento e ressoa na qualidade de vida da população.

Portanto, as situações de trabalho perante a realidade de aumento do medo do desemprego, acentuação do próprio desemprego, da inatividade e da precarização do trabalho revelam a dimensão subjetiva e sua importância social que vão para além dos dados estatísticos e econômicos, considerando que tal experiência acarreta sentimentos de insegurança, estranhamento e incerteza. Assim, nessas situações, o trabalhador deixa de pertencer a um grupo de profissionais, desvinculando da rotina, perde seu “lugar” e a sua condição de “trabalhador daquela profissão” ou se vê obrigado a se submeter à situações degradantes, dessa forma sua identidade está sendo reconstruída e constituída pela experiência do desemprego, da inserção informal e/ou precária no mundo do trabalho.

Outro ponto pertinente quando discutirmos a construção identitária é o conceito de humilhação social que, segundo José Moura Gonçalves Filho (2007), é um fenômeno histórico, ou seja, a humilhação social é um sofrimento e uma desvalorização que não atinge apenas um indivíduo em um determinado período de tempo, mas uma etnia/raça, grupo, classe, nação ou povos que são colocados à margem da sociedade, desvalorizando-os e estigmatizando-os.

No mundo laboral, as atividades complexas são fragmentadas em atividades elementares e desqualificadas, esvaziando-as de sentido, exigindo pouca ou nenhuma instrução técnica ou escolar para realizá-las, assim os trabalhos braçais, tidos como simples (varrer, embalar lixo, fazer camas) são, historicamente, destinados para os pobres. Com isso, há algumas categorias de trabalho como os garis, as balconistas e, a categoria de trabalho evidenciada nesse texto, as catadoras de materiais recicláveis que são socialmente invisíveis, desvalorizadas e não reconhecidas, é um trabalho que ninguém vê.

Isto posto, o trabalho, com frequência, se torna uma atividade alienada e estranhada, na qual o indivíduo situa-se afastado e alheio do produto final, submetendo sua força de

trabalho a fim de suprir as necessidades e maximizar os lucros da classe dominante. Conseqüentemente o sujeito, muitas vezes, é distanciado de sua dignidade humana, em um processo de coisificação e alienação, que não permite o desenvolvimento pleno de suas potencialidades, como já dito anteriormente. A seguir apresenta-se a economia solidária como uma alternativa de enfrentamento das mazelas do mundo do trabalho, contribuindo para uma identificação das(os) trabalhadoras(es) pautadas em valores emancipatórios, democráticos e participativos.

Possibilidades emancipatórias, solidárias e democráticas

Diante do cenário de exploração e despertencimento do trabalhador, como uma alternativa ao sistema hegemônico, consolida-se o modelo econômico e social da Economia Solidária, emergindo como resistência da classe popular que muitas vezes posta à margem da perversa lógica capitalista, encontram-se em postos laborais precarizados e com seus direitos sociais ameaçados. Este modelo ganha destaque no Brasil no contexto de crise econômica e redemocratização entre 1980 e 1990, sendo construído através de diversos movimentos sociais que visavam à garantia dos direitos da classe trabalhadora, e uma maior inclusão e autonomia nos processos de trabalho (SOUZA, BARROSO, SILVA, SANTANA, 2020)

A lógica capitalista que tem como um de seus meios manter os indivíduos em condições sociais desumanizadas, é um dispositivo individualizante que responsabiliza sujeitos pela miséria, desemprego e exploração suscitada pela mesma. Segundo Andrada e Esteves (2017), a proposta da Economia Solidária vai na contramão desta lógica, consistindo com suas bases e princípios, em uma atividade considerada anticapitalista, na qual desenvolve um modo alternativo de trabalhar, produzir e comercializar, propiciando assim, oportunidades para que os sujeitos excluídos da norma vigente, possam ocupar espaços de protagonismo e reconhecimento.

Este modelo de organização, segundo Paul Singer (2002), é fundamentado pelos princípios de autogestão, cooperação, emancipação e solidariedade. Isto é, os cooperados têm envolvimento direto nas estratégias e ações adotadas pela cooperativa, visando um processo de liberdade e participação ativa, onde cada um pode reconhecer a importância da sua própria atividade e da atividade do outro, além de propor-se com a autogestão, a enfrentar a condição de submissão e de contraste das posições hierárquicas adotadas pelo regime neoliberal.

Historicamente, a Economia Solidária foi construída e permaneceu comprometida com as pessoas em situação de vulnerabilidade social, apresentando-se como uma importante ferramenta no enfrentamento do desemprego e da pobreza e proporcionando espaço de participação popular e sustentabilidade social e ambiental. Contudo, os empreendimentos de economia solidária, especialmente as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, enfrentam constante negligência social, com ausência de políticas públicas e desvalorização do importante trabalho realizado. Em seguida, desenvolve-se a experiência de Estágio em Psicologia em uma cooperativa na cidade de Campinas, refletindo sobre os desafios vivenciados no contexto de pandemia de Covid 19.

Aproximação da Psicologia à Economia Solidária

A Psicologia engloba diferentes concepções acerca do trabalho humano, se aproximando com pesquisas e intervenções das realidades laborais e suas derivadas relações. Contudo, prevalece na atualidade, o campo profissional e acadêmico da Psicologia Organizacional e do Trabalho. Área que surgiu em um contexto em que a concepção positivista dominava o campo científico e econômico, colocando-se à disposição de contribuir com o comércio e a indústria. Dessa forma, o psicólogo organizacional, muitas vezes, adquire uma atuação adaptacionista que tem como principal objetivo satisfazer as necessidades e as expectativas do processo de industrialização e crescimento econômico, trabalhando juntamente com as gerências, e vinculando-se aos processos de recrutamento e seleção e a aplicação de técnicas que contribuem para promover relações mais amistosas no ambiente de trabalho. (BERNARDO, OLIVEIRA, SOUZA E SOUSA, 2017)

Deste modo, pode se dizer que o psicólogo nessas condições adota uma certa “neutralidade” frente a realidade apresentada, fornecendo suas ações para suavizar e evitar conflitos internos na organização e promovendo técnicas para que os gestores conquistem seus trabalhadores, obtendo assim comportamentos esperados e adaptados para determinada função. Assim, essa atuação favorece a gestão e o avanço do capital, muitas vezes, carecendo de reflexões críticas e éticas a respeito do papel do psicólogo e a favor de quem este profissional deve sustentar suas ações.

Além disso, com frequência, verifica-se a escassez do alinhamento com os devidos protagonistas do processo de trabalho, não se envolvendo com a transformação das condições de exploração dos trabalhadores e das assimétricas relações de poder existentes,

podendo favorecer e conservar situações de desigualdade e opressão (BERNARDO, OLIVEIRA, SOUZA E SOUSA, 2017).

Em contrapartida, na década de 60 e 70, surge, no Brasil, em um momento de abertura política, de grandes críticas aos preceitos capitalistas e ao modo de produção acadêmica no qual não reconhecia os problemas sociais como objeto de estudo, uma nova perspectiva sobre o processo de trabalho e especificamente sobre os trabalhadores. A Psicologia Social do Trabalho, orientada pela Psicologia Social Crítica, busca conhecer o trabalho a partir das vivências e do olhar dos trabalhadores, envolvendo-se assim nas lutas destes, seja no enfrentamento ao desemprego, na contribuição da saúde do trabalhador, por condições mais dignas ou na tentativa de promover autogestão. Assim, ainda de acordo com Bernardo, Oliveira Souza e Sousa (2017), esses profissionais da psicologia passam, efetivamente, a trabalhar a partir dos problemas que afligem a classe trabalhadora.

Deste modo, a Psicologia Social do Trabalho apresenta-se como um campo teórico e metodológico, campo este que as autoras do presente trabalho se inserem. A Psicologia Social do Trabalho, compreende o trabalho como fenômeno psicossocial, determinado pelas relações de poder, com uma perspectiva de caráter histórico, heterogêneo, conflituoso e contraditório da relação capital-trabalho. As intervenções feitas com esse enfoque têm como objetivo contribuir com a transformação das condições de exploração dos trabalhadores, sendo os campos de atuações diferentes das empresas tradicionais, como: os sindicatos, associações, serviços de saúde do trabalhador na saúde pública e, como é o caso da experiência que esse trabalho aborda, em cooperativas populares.

Por meio de um estágio obrigatório e supervisionado da graduação em Psicologia, com a abordagem da Psicologia Social do Trabalho, houve a aproximação de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis, situada na cidade de Campinas, estado de São Paulo. A cooperativa em questão foi fundada no final da década de 90, com o objetivo de atender as necessidades de geração de emprego e renda de uma parcela da população que se encontra marginalizada e sem acesso a oportunidades de trabalho, visando promover a sustentabilidade a partir da coleta, separação, enfardo e comercialização de materiais. De início, o trabalho foi pensado por instituições não governamentais da cidade de Campinas, frente ao alto índice de desemprego e da precariedade nos postos de trabalho na cidade.

Muito mais do que gerar emprego e renda, o funcionamento da cooperativa se baseia nos princípios da ANCAT (Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis), instituição essa que possui como área de atuação de promoção social, geração de trabalho e renda, educação popular, capacitação profissional, meio ambiente e direitos humanos, assim ela luta por iniciativas de políticas públicas de fomento da economia solidária sempre objetivando apoio a organização social e econômica dos catadores. Atualmente, com objetivos delineados e diversas parcerias, a cooperativa conta com 22 cooperadas, sendo a grande maioria mulheres.¹

Cooperativas de catadoras e desafios em tempos de pandemia

Os trabalhadores que atuam na limpeza urbana, de acordo com Costa (2002), com frequência são vítimas da chamada invisibilidade pública, que, segundo o autor, se relaciona com a divisão social do trabalho e confere uma percepção do ser humano prejudicada na qual, em geral, enxerga-se somente a função e não a pessoa. Apesar das trabalhadoras de cooperativas de materiais recicláveis estarem inseridas na lógica da Economia Solidária, que oferece o desenvolvimento de uma identidade política e a consciência da existência de um relevante projeto comum, de acordo pesquisa realizada por Orchiucci Miura e Bader (2013), a vergonha e a humilhação, decorrentes sobretudo das discriminações e dos preconceitos vivenciados, são as emoções mais frequentes entre as(os) trabalhadoras(es) do setor.

As crises econômicas e sanitárias decorrentes da pandemia por COVID-19 que assolaram o mundo a partir do ano de 2020 aumentaram os desafios para as cooperativas de materiais recicláveis, ampliando ainda mais o desamparo e a invisibilidade social dessas trabalhadoras. Souza, Barroso, Silva, Santana (2020), destacam que o cenário pandêmico escancarou a negligência da sociedade com as cooperativas de catadoras(es). Apesar do relevante papel ambiental e social que exercem, contribuindo com a destinação sustentável dos resíduos e gerando trabalho e renda para muitas famílias, as cooperativas foram praticamente abandonadas à própria sorte neste período.

O município de Campinas, no Estado de São Paulo, por exemplo, após a suspensão da coleta seletiva por cinco meses no início da pandemia, registrou, oficialmente, a redução de sessenta por cento na coleta e destinação de materiais recicláveis para as cooperativas (G1, 2021). As cooperadas que foram contatadas pelas estagiárias, entretanto, dizem que

¹ Considerando essa realidade, optamos por utilizar o gênero gramatical feminino deste ponto do texto em diante.

esse número foi muito maior, ultrapassando oitenta por cento após a retomada das atividades e, mesmo após um ano da reabertura a quantidade de materiais que chega às cooperativas permanece sendo muito pequena. Algumas possuem materiais suficientes para trabalharem apenas duas vezes na semana, o fato de ficarem alguns dias fechadas permite que o material fique em quarentena, protegendo as trabalhadoras de se contaminarem com o vírus, mas impondo uma abrupta diminuição na renda e significativas consequências para a percepção de si.

Essas informações demonstram a negligência do poder público com as questões ambientais, ao não investirem em campanhas de consumo consciente e separação de materiais, contribuem para que os aterros sanitários sejam sobrecarregados com resíduos que poderiam ser reciclados. Da mesma forma, demonstra indiferença com as questões sociais, ao não darem suporte para as trabalhadoras que ficaram impedidas de exercerem suas atividades.

Isso posto, entende-se que ao não terem condições de trabalhar normalmente neste período de pandemia e ao se depararem com o descaso com a destinação dos materiais por parte da sociedade e do Estado, ocorrem, além do impacto ambiental, a ampliação da pobreza da categoria, a dependência de políticas assistencialistas, o aumento da invisibilidade social e diversas implicações subjetivas para as cooperadas, como a preocupação exacerbada com a sobrevivência, insegurança, ansiedade e medo em relação ao futuro. À frente, propõe-se discutir as possíveis implicações do trabalho autogestionado na identidade das trabalhadoras e as possíveis consequências da pandemia em suas subjetividades.

Identidade e Economia Solidária

Neste tópico, em consonância com a discussão apresentada ao longo do texto, debate-se o papel que o trabalho ocupa no que diz respeito à constituição da identidade das trabalhadoras das cooperativas, abordando, inclusive, as contradições presentes nesse processo identitário. Por meio da Economia Solidária, o trabalho organiza-se de forma coletiva, autogestionada e cooperada, implicando na formação de um novo sujeito social advindo dessas condições de produzir e de trabalhar, sendo de extrema relevância delinear os aspectos que atravessam a identidade dessas cooperadas, suas características psicossociais e distinções dos trabalhadores do sistema tradicional.

Com o contato realizado com a cooperativa, foi perceptível que o projeto de uma economia solidária que visa a democracia, a sustentabilidade, a emancipação, a justiça social, econômica, cultural e ambiental (documentos oficiais do FBES) é um projeto que ocorre e é construído no dia-a-dia dos membros desse modelo de produção. A cooperativa de materiais recicláveis com seus objetivos e princípios anticapitalistas, proporciona um espaço de sociabilidade com a capacidade de fortalecer as relações sociais - diferentemente dos espaços hegemônicos de trabalho - já que suas integrantes buscam fazer aliança entre si, favorecendo o rompimento com a lógica de competição entre os trabalhadores, em que um tem que mostrar-se melhor do que o outro, gerando condições de insegurança e rivalidade (NICOLLETTI, 2011).

Com um espaço mais propício para nutrir laços sociais advindos do ambiente de trabalho, as cooperadas, compartilham um universo de símbolos, sentidos e afetividade, compondo a identidade social do grupo, e não só facilitando a incorporação de normas e valores da cultura da organização, mas em um processo de co-criação das concepções e dos princípios que compõem suas subjetividades e o coletivo ao qual pertencem. Na cooperativa foi possível verificar o que Veronese e Esteves (2011) nomeiam de “construção de uma identidade prototípica” entre as cooperadas, isto é, a construção de características que são esperadas por um “sócio-trabalhador” sob a perspectiva dos próprios membros do grupo.

No cotidiano laboral, internalizam e aspiram de si e de suas companheiras, atributos como: engajamento, compromisso, responsabilidade, pró-atividade, prontidão, consideração, solidariedade, entre outros. Com essas características, é possível perceber que as percepções de “como deve ser/agir” uma trabalhadora em uma cooperativa faz jus com o modelo proposto e idealizado pela Economia Solidária. Essa formação identitária resulta em um entendimento coletivo do protótipo da representação da identidade psicossocial da trabalhadora de uma cooperativa solidária, sendo considerado um acordo coletivo e social, e ao mesmo tempo, um entendimento cognitivo, no qual o conhecimento individual é compartilhado. (VERONESE, ESTEVES, 2011)

As cooperadas, ao compartilharem esse universo, desenvolvem um sentimento de pertencimento de grupo, o qual é responsável por fortalecer as relações sociais e a afetividade no contexto laboral, sendo de extrema importância para a constituição e o reconhecimento do eu e do outro. Muitas trabalhadoras em conversas com as estagiárias afirmaram que os momentos que mais apreciavam na cooperativa eram quando todas estavam juntas, durante

reuniões, almoços e confraternizações, apontando que consideravam-se como uma família, se disponibilizando e ajudando uns aos outros quando preciso.

É importante enfatizar que além do sentimento de pertencimento a um grupo, outro fator que atravessa a experiência desses indivíduos e compõem suas identidades é o peso do valor moral que seus trabalhos ocupam não só na sociedade, mas na percepção que têm de si. Por um lado, pode-se dizer que as trabalhadoras exercem um papel social político, possuindo uma importante consciência ambiental e de classe, integrando os mais diversos indivíduos que foram marginalizados do sistema, e preocupando-se em gerar emprego e zelar pelo meio ambiente através de suas atividades.

Em contrapartida, há uma contradição nesse sentido, pois também é um trabalho que carrega o fardo de uma desvalorização social intensa, devido ao fato de lidarem com resíduos, muitas vezes são alvo de preconceito e discriminação, dessa forma, internalizam a ambiguidade evidente em seu trabalho, no qual muitas vezes sentem-se satisfeitas e fortalecidas pela posição consciente que ocupam no âmbito laboral, e em outras não compreendem por exemplo por que as estagiarias de Psicologia estariam atuando com uma população que cuida do “lixo”, atribuindo-se a uma categoria de inferioridade e insignificância.

Complementando tal raciocínio, durante uma conversa, uma das cooperadas relatou que trabalhou durante alguns meses sem fazer retiradas, disse que tem a impressão de que o trabalho realizado ali é visto mais como um favor do que de fato reconhecido dentro de toda sua importância no contexto da sustentabilidade. Além disso, retomando o que já foi colocado, a prefeitura da cidade de Campinas não oferece o devido apoio e reconhecimento para essas trabalhadoras, tornando um trabalho invisível.

Outro ponto perceptível nas conversas com as trabalhadoras é a visão de que trabalhar dentro da cooperativa é uma profissão para aqueles que estão, historicamente, à margem, excluídos do mercado de trabalho e, conseqüentemente, da sociedade, ou seja, a Economia Solidária e, especificamente, no caso dessa cooperativa acolhem pessoas que possuem alguma dependência química ou que possuem algum antecedente criminal. Destacamos uma fala de uma das cooperadas que disse que “as cooperativas são vistas como curva de rio, porque o resíduo social fica parado nela”.

Assim, pode-se perceber tanto como a identidade dessas trabalhadoras vão se construindo em torno dos conceitos que aborda o autor José Moura Gonçalves Filho (2007): sentimento da invisibilidade, desvalorização e da humilhação social, em contrapartida, o sentimento de pertencimento de um grupo democrático e participativo e o processo de formação de consciência social e ambiental dessas trabalhadoras são muito potentes. Elas reconhecem a relevância do trabalho realizado para a sociedade, permitindo que se posicionam de forma ativa reivindicando melhores condições, e possuindo projetos que envolvem o fortalecimento do trabalho em rede com outras cooperativas das regiões e projetos de educação ambiental dentro de escolas.

Concluindo, em um paralelo com a teoria de Ciampa (2003), compreende-se que há muitos “personagens” com diversas contradições e potencialidades apresentados em cada uma dessas cooperadas, sendo a identidade composta da articulação desses “personagens”, manifestados assim, na expressão do Eu, e afetando diretamente no coletivo do trabalho como um todo. Dessa maneira, em um processo de metamorfose e constante transformação, essas trabalhadoras situam-se em um movimento de busca de seus devidos reconhecimentos, conquistas e autonomias, direcionando-se para o que é dito como Emancipação, na luta diária com as adversidades de uma sociedade capitalista e na construção de identidades singulares e sociais com caráter político, buscando e criando formas de emancipar-se da opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolvimento comunitário significa o desenvolvimento de todos os seus membros conjuntamente, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de certos meios essenciais de produção ou distribuição. Paul Singer

O presente texto teve o objetivo de apresentar elementos que contribuam com a discussão sobre os fatores que implicam na constituição da identidade das trabalhadoras de cooperativas de reciclagem, sob o modelo da Economia Solidária, perpassando por trajetórias de desafios, contradições e possibilidades. Evidenciou-se durante o contato com a cooperativa em questão, a falta de apoio social e as diversas tentativas de promover práticas pedagógicas de conscientização da população em relação aos resíduos, de estabelecer projetos que contribuíssem com uma maior valorização pelo trabalho realizado e parcerias que pudessem oferecer mais materiais auxiliando na obtenção de mais e melhores condições de trabalho.

Apesar do aumento de discussões acerca da sustentabilidade e do meio ambiente na atualidade, as ações práticas ainda se fazem insuficientes, consistindo-se em um árduo

desafio para as cooperativas de materiais recicláveis. Além disso, o atual contexto político e de pandemia do coronavírus no Brasil ampliam as desigualdades sociais e estabelecem o agravamento de crises sociais e econômicas, tendo implicações diretas nos modos de produção da economia solidária, escancarando a necessidade de políticas públicas que visem assegurar os direitos das cooperadas e a respeitabilidade social desse trabalho.

A vista disto, o título “Tornar visíveis os invisibilizados: trazendo a cooperativa para o centro do debate” exprime a necessidade de discutir sobre a Economia Solidária, não apenas como um modelo alternativo ao vigente, mas como possibilidade real diante do momento de crise ambiental, precarização do trabalho e de desemprego que nos encontramos. Assim, a partir da aproximação com a cooperativa retratada ao longo do texto, pretende-se destacar a importância de discutir as cooperativas trazendo-as para a pauta, ou seja, ocasionar para o centro do debate, locais, territórios e trabalhadoras que foram colocadas, historicamente, à margem, em um processo de invisibilização. Logo, assumindo o compromisso social da elaboração de ações que legitimam este modelo de trabalho e que se dispõe a difundir a temática nos mais diversos debates e contextos.

Entretanto, é indispensável considerar que, ao mesmo tempo em que a Economia Solidária sofre sérias implicações no atual cenário de crise, ela apresenta-se como esperança de um modelo de produção mais democrático, solidário, ético e emancipatório. Destacando aqui, a relevância de reivindicar pela criação e implementação de políticas públicas que atendam as reais necessidades dessa população, e dessa forma, movimentando-se para promover maior visibilidade, democracia e protagonismo para essas trabalhadoras. O intuito deste ensaio não é finalizar a discussão aqui, mas sim ser o ponto de partida para que, cada vez mais, se reflita sobre a importância do trabalho na constituição do sujeito social e pensar em alternativas para o modelo hegemônico que, com frequência, é alienante e degradante para a identidade de quem trabalha.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, Marcia Hespanhol *et al.* **Linhas paralelas**: as distintas aproximações da Psicologia em relação ao trabalho. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 34, p. 15-24, 2017

BIZERRA, Fernando de Araújo. **Expropriação do trabalho**: quintessência das sociedades de classes. 2017.

BIZERRA, Fernando de Araújo. **Trabalho e ser social**: uma relação genética. 2017.

Campinas registra queda de 60% no volume de lixo reciclável coletado na pandemia da Covid-19. G1. Campinas, 09 de jun. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2021/06/09/campinas-registra-queda-de-60percent-no-volume-de-lixo-reciclavel-coletado-na-pandemia-da-covid-19.ghtml>>. Acesso em: 09 de jun. de 2021.

CIAMPA, Antônio da Costa. (2003). **A identidade social como metamorfose humana em busca de emancipação**: articulando pensamento histórico e pensamento utópico. In: XXIX Congresso Interamericano de Psicologia, Lima, Peru. Anais do XXIX Congresso Interamericano de Psicologia.

CHALFIN, Coutinho *et al.* **Identidade e trabalho na contemporaneidade**: repensando articulações possíveis. *Psicologia & Sociedade*, vol. 19, núm. 1, 2007, pp. 29-37 Associação Brasileira de Psicologia Social Minas Gerais, Brasil

DEJOURS, Christophe. **Subjetividade, trabalho e ação**. *Production*, v. 14, p. 27-34, 2004.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDARIA, *site* institucional, endereço: https://fbes.org.br/?option=com_docman&task=cat_view&gid=98&Itemid=216. Acesso em: 08/09/2021

JAQUES, Marcia da Graça Corrêa. **Identidade e trabalho**: uma articulação indispensável. In: Tamayo, A.; Borges, J. E .A., & Codo, W. (orgs.). *Trabalho, organizações e cultura*. Campinas: Autores Associados. 41- 47, 1996.

LINHART, Danièle. (2014). **Modernização e precarização da vida no trabalho**. Em R., Antunes. (Org.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III* (pp. 13-24). São Paulo: Boitempo.

NICOLLETTI, Mariana Xavier. **Economia solidária e identidade**: a autogestão no trabalho como experiência emancipatória. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ORCHIUCCI, Paula Miura & Burihan Sawaia, Bader (2013). **Tornar-se catador**: sofrimento ético-político e potência de ação. *Psicologia & Sociedade*, 25(2),331-341.[fecha de Consulta 28 de Agosto de 2021]. ISSN: 0102-7182. Disponível em: <https://ww.redalyc.org/articulo.oa?id=309328218010>

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, B.P. (Org.) **Orientação à Queixa Escolar**. São Paulo: Portal de livros abertos da USP, 2020. 1ª. ed. 2007.p.p. 187-221.

VERONESE, Marília Veríssimo. **Subjetividade, trabalho e economia solidária**. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 84, p. 153-167, 2009.

VERONESE, Marília Veríssimo; ESTEVES, Egeu Gómez. **Identidade e economia solidária**: sobre o processo de construção identitária no trabalho autogestionário. 2011),

Economia solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas, Coimbra, Almedina, p. 151-167, 2011.